



Juíza aceita denúncia, e João de Deus se torna réu por abuso sexual

O médium João de Deus se tornou réu, nesta quarta-feira (9/1), por violação sexual mediante fraude e estupro de vulnerável na Justiça de Goiás. O Tribunal de Justiça estadual aceitou a denúncia do Ministério Público de Goiás contra João Teixeira de Faria, conhecido como João de Deus. Neste caso, a denúncia é baseada no relato de quatro mulheres.

O caso tramita sob sigilo. Portanto, a juíza titular da comarca de Abadiânia, Rosângela Rodrigues dos Santos não forneceu maiores detalhes. A denúncia foi apresentada em 28 de dezembro.

João de Deus, que está preso preventivamente desde 16 de dezembro no Núcleo de Custódia de Aparecida de Goiânia, foi ouvido por duas horas ainda hoje em outro caso, por posse ilegal de arma.

A investigação contra João de Deus está concentrada em 15 denúncias. Até o momento, o MP de Goiás recebeu mais de 500 denúncias de abusos sexuais, durante tratamento espiritual na Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, onde fazia atendimentos, inclusive de mulheres de fora do Brasil.

Mais de 100 mulheres já prestaram depoimento formal aos investigadores da força-tarefa montada para acompanhar o caso, e uma segunda denúncia deve ser apresentada contra o médium ainda nesta semana. Ele sempre negou os crimes. O advogado Alberto Toron o representa.

Toron afirmou que ainda não foi cientificado da decisão que recebeu a denúncia. "De qualquer modo, é importante esclarecer que se trata de uma decisão provisória, sujeita à confirmação após a apresentação da Resposta à acusação pela defesa. Estamos serenos e confiamos na Justiça", disse o advogado.

Até o momento, os pedidos de Habeas Corpus apresentados pela defesa de João de Deus foram negados pelo TJ-GO e pelo Superior Tribunal de Justiça. Outro aguarda apreciação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se posicionou, mais de uma vez, [contra](#) pedidos da defesa do médium.

Na manifestação mais recente, foi requerida uma liminar de prisão domiciliar humanitária. De acordo com a PGR, em parecer enviado ao Supremo, não há, em nenhum dos relatórios médicos, qualquer problema de saúde especificado que justifique o deferimento da cautelar.

Na semana passada, o médium deixou a prisão para ser internado em um hospital após ter tido um sangramento, mas voltou ao presídio no dia seguinte.

Date Created

09/01/2019